CONFLITO ENTRE AS NOVAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS TRABALHISTA DO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS E VERBAS SUCUMBENCIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA

Cleyton Heleno Pereira da Silva, Francislaine de Almeida Coimbra Strasser

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: cle_2411@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade refletir sobre a responsabilização do pagamento de honorários periciais e verbas sucumbenciais aplicáveis aos trabalhadores beneficiários da justiça gratuita, e a violação dos princípios constitucionais, notadamente o do acesso à justiça. Isso porque nessas restrições impostas pelos novos artigos trazidos com a Lei nº 13467/2017, que entrou em vigor em novembro de 2017 pode conter em si a aniquilação do único caminho que dispõem esses cidadãos de verem garantidos seus direitos sociais trabalhistas, cujo tema está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal através da ADI 5766. Enfocou-se que ao restringir o acesso à justiça, além de onerar de forma inconstitucional os processos trabalhistas, se almeja uma resposta da Corte Superior no sentido de trazer uma interpretação conforme para aparar as arestas trazidas pela reforma trabalhista ou mais conhecida como “deforma trabalhista”.

Palavras - chave: Trabalhador; Gratuidade da justiça; Verbas de sucumbência. Inconstitucionalidade; Reforma Trabalhista.

CONFLICT BETWEEN THE NEW PROCEDURAL PROVISIONS WORKER'S PAYMENT OF PERMISSIBLE HONORARY AND SUCCUMBENARY TRUTHS AND ACCESS TO JUSTICE

ABSTRACT

The present research aims to reflect on the accountability of the payment of expert fees and sucumbencial sums applicable to workers benefiting from free justice, and the violation of constitutional principles, especially that of access to justice. This is because in these restrictions imposed by the new articles brought with Law 13467/2017, which came into force in November 2017 may contain in itself the annihilation of the only way these citizens have to see their social rights guaranteed labor, whose subject is being discussed in the Federal Supreme Court through ADI 5766. It was pointed out that by restricting access to justice, in addition to unconstitutionally encumbering labor proceedings, a High Court response is sought in order to bring a consistent interpretation to trim the edges brought by the labor reform or better known as "labor deformation."

Keywords: Worker; Gratuitousness of justice; Sums of surrender; Unconstitutionality; Labor reform.

INTRODUÇÃO

Após a entrada em vigor da reforma trabalhista em 11 de novembro de 2017, iniciaram-se as discussões doutrinárias, acerca da constitucionalidade dos dispositivos que alteraram as Consolidações das Leis do Trabalho, notadamente os artigos 791-A, §4º e 790-B ambos da CLT, ao permitirem a utilização de créditos trabalhistas, obtido em juízo, para o pagamento dos honorários periciais e honorários advocatícios devidos pela parte beneficiária da justiça gratuita.

Nota-se, que ao realizar uma breve leitura dos dispositivos alterados com a reforma, constata-se que o legislador restringiu um dos principais direitos dos trabalhadores, ou seja, o direito de alcançar o Poder Judiciário.

Não se sabe ao certo qual a intenção do legislador, se houve uma mera inobservância a preceitos fundamentais e normas constitucionais, ou uma tentativa de “descongestionar” a Justiça do Trabalho em virtude do número demasiado de ações interposta de forma infundada, mas o que é cediço são as afrontas patentes a garantias constitucionais petrificadas.

Assim, a presente pesquisa tem por finalidade reflexionar acerca da inconstitucionalidade dos dispositivos que se contrapõem ao acesso à justiça, positivado na própria Carta Magna de 1988. O trabalho será perscrutado a partir do estudo circunspecto dos princípios constitucionais e os dispositivos alterados com a reforma, não se esgotando a possibilidade de futuros estudos.

METODOLOGIA

Será aplicado na elaboração da pesquisa o método hipotético dedutivo, apoiando-se na edificação doutrinária, jurisprudencial e normativa, assim como pesquisa bibliográfica por meio uma ampla leitura de artigos científicos, doutrina e jurisprudência.

DO DIREITO DO TRABALHO

Precedentemente a análise do tema proposto, constata-se a necessidade de sinteticamente realizar uma breve reflexão sob a origem principiológica do Direito do Trabalho assim como o seu respectivo correspondente processual.

É cediço que o ramo do Direito do Trabalho, surgiu após a segunda metade do século XIX, como resposta a exploração desarrazoada do ser humano. Conforme os ensinamentos de Vólia Bonfim Cassar o Direito do Trabalho nasce:

[...] como reação ao cenário que se apresentou com a Revolução Industrial, com a crescente e incontrolável exploração desumana do trabalho. É produto da reação da classe trabalhadora ocorrida no século XIX contra a utilização sem limites do trabalho humano. (CASSAR, 2017, p.11).

Entretanto, observa-se que desde períodos mais remotos na história, já se discutia acerca das desigualdades existentes a época.

Neste sentido Leciona Enio Galarça Lima, ao aludir que:

Tal conflito marcou o pensamento filosófico dominante até fins da Idade Média alta, e que teve sua vertente inicial no pensamento aristotélico (384-322, a.C.), que entendia que tal desigualdade era admitida como um fato intransponível, na medida em que se originava da própria natureza humana, o conflito fundamental, que caracterizava a sociedade de então – o sistema produtivo –, transferia-se, intelectualmente, para a órbita pré-jurídica. A diferenciação justificava-se, assim, por sua natureza, do mesmo modo como o seu produto derivado e maior – a escravidão. (LIMA, 1994, p.14).

Deste modo, nota-se que o surgimento do Direito Laboral e seu respectivo correspondente processual, estão atrelados à resposta da classe trabalhadora frente à exploração desumana do trabalho existente pós Revolução Industrial.

DO ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça, foi incluído pelo legislador originário no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, conhecido como princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação, em que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. (BRASIL, 1988).

Em outras palavras, o acesso à justiça, conforme leciona Carmem Lucia Antunes Rocha, nada mais é que:

O direito público subjetivo constitucionalmente assegurado ao cidadão de exigir do Estado a prestação daquela atividade... O direito à jurisdição apresenta-se em três fases que se encadeiam e sem completam, a saber: a) o acesso ao poder estatal prestador da jurisdição; b) a eficiência e prontidão da resposta estatal a demanda de jurisdição; e c) a eficácia da decisão jurisdita. (ROCHA apud LIMA, 1994).

Frisa-se, que a República Federativa do Brasil é signatária de inúmeros tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos, onde assegura aos cidadãos a concessão ao acesso à justiça. Senão vejamos:

Art. 8º, 1. Toda pessoa tem direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza” (San José, 1969).

Ressalta-se que os tratados internacionais são a principal fonte de obrigação do Direito Internacional, tanto que houve a chamada Convenção de Viena de 1969, que dispõe sobre métodos para elaboração de tratados. Deste modo é possível afirmar que tratado é fonte do Direito, devendo ser respeitado pelos Estados membros, ou seja, os países signatários, não atingindo apenas o âmbito internacional, mas também internamente.

Deste modo, observando os preceitos fundamentais previstos em nossa Carta Magna de 1988, assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, o acesso à justiça deve ser respeitado, uma vez que a existência de uma norma violadora a tal princípio afrontaria não apenas a Constituição Federal, mas também acordos internacionais, o que a reveste de inconstitucionalidade.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Ao lado do acesso à justiça, está o benefício da gratuidade da justiça, que objetiva propiciar a todos os indivíduos hipossuficientes, incapazes de suportar as despesas e custas processuais, o acesso integral ao Poder Judiciário.

Assim dispõe a Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 5º. (in omissis)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e **gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.**(BRASIL, 1988).”GRIFO NOSSO”.

Dessa feita, há incumbência ao Estado em garantir que os indivíduos que comprovarem insuficiência de recursos possam demandar em juízo.

Reafirmando a previsão constitucional da concessão da gratuidade da justiça, a Consolidação das Leis do Trabalho com escopo ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, estabeleceu em seu artigo 790, §§ 3º e 4º a concessão do benefício da justiça gratuita:

Art. 790.(in omissis)

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou

inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. (BRASIL, 1943).

Nota-se, que ao juiz é facultado conceder a gratuidade de ofício ou a requerimento da parte interessada.

Sendo assim, é possível afirmar que a gratuidade da justiça encontra fundamento tanto na Constituição Federal, quanto na Consolidação das Leis do Trabalho, visando permitir aos trabalhadores hipossuficientes o acesso ao Poder Judiciário, ou seja, garantindo ao trabalhador empregado que tenha seus direitos violados a inafastabilidade do controle jurisdicional.

A RESPONSABILIDADE DO PAGAMENTO DAS VERBAS PROCESSUAIS

Os temas inovadores de pagamento de honorários sucumbenciais e de honorários periciais, inclusive para os beneficiários da justiça gratuita, foram trazidos pela Lei nº 13.467/2017, da seguinte forma:

Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

§ 1o Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

§ 2o O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.

§ 3o O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias.

§ 4o Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo. (grifo nosso)

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar os honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (grifo nosso)

§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Assim, pelas redações em negrito percebe-se que o legislador permite a utilização dos créditos trabalhistas para o pagamento de honorários advocatícios e de honorários periciais frente a possível sucumbência nos processos na Justiça Especializada.

Dessa forma, essas permissões ferem por completo a garantia constitucional da justiça gratuita, àqueles que comprovarem insuficiência de recursos, já que não pode presumir de forma absoluta que a condição daquele que é pobre seja modificada tão somente pelo reconhecimento judicial do direito reivindicado.

Não obstante, é cediço que os créditos trabalhistas têm natureza alimentar, e se encontra respaldado, também no valor social do trabalho, o que não é admissível à regra de compensação com créditos de outra natureza, quando se tratar de despesas processuais.

E, por fim, como já debatido no Supremo Tribunal Federal e novamente nos votos já realizados pelos ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin na ADI 5766, os princípios do amplo acesso à justiça, devido processo legal e à ampla defesa, têm contornos historicamente definidos na Justiça Laboral, pelo qual sempre buscou facilitar ao trabalhador a defesa judicial de seus direitos e não dificultá-los. Trata-se de meio atinente à ampla defesa dessa Justiça Especializada

Partindo dessas premissas é patente a inconstitucionalidade por ofensa ao princípio do acesso à justiça, devido processo legal e ampla defesa, impossibilitando assim o acesso ao Poder Jurisdicional dos trabalhadores hipossuficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar breves considerações acerca do tema proposto, faz-se necessário reafirmar que o papel fundamental do Estado com os trabalhadores é lhes assegurar a inafastabilidade do Poder Jurisdicional, uma vez que não possuem condições de suportar as despesas processuais.

Nota-se que o surgimento do Direito Laboral, e de seu respectivo correspondente processual, ocorreu em virtude de fatores históricos, como uma resposta da classe trabalhadora a exploração desumana do trabalho existente pós Revolução Industrial.

Após o surgimento do Direito do Trabalho, mostrou-se necessário a criação de meios que possibilitassem o acesso desses trabalhadores ao Poder Judiciário. Foi através da gratuidade da justiça trazida pela Magna Carta e encapada pela Justiça Especializada que permitiu aos trabalhadores hipossuficientes o acesso ao Poder Judiciário, ou seja, garantindo ao trabalhador empregado a inafastabilidade do controle jurisdicional.

Entretanto, a reforma trabalhista, incluiu diversos dispositivos, notadamente, os artigos 790-B e 791-A, que conflitam com esse acesso cristalizado, além de outros princípios como o da ampla defesa, devido processo legal ao dificultar a reinvidicação dos direitos violados.

Ressalta-se que, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº5766 proposta pelo ex Procurador Geral da República Rodrigo Janot em 24 de agosto de 2017, que está sendo debatida no egrégio Supremo Tribunal Federal ambiciona, a declaração de inconstitucionalidade dentre outros, dos dispositivos supramencionados que violam direitos e garantias incorporados no ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI n. 5766/ DF. Ação direta de inconstitucionalidade lei 13.467 de 2017. Relator: Min. Roberto Barroso. Brasília, 09 de Maio de 2018. Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/dl/acao-pgr-artigo-clt.pdf> > . Acesso em 09 maio 2018.

BRASIL, República Federativa do. Constituição federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em 21. Mar.2018

BRASIL, República Federativa do. Decreto lei n.º 5.452 de 1943, dispõe sobre a aprovação da consolidação das leis do trabalho. Promulgada em de 1º de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm >. acesso em 03 Ago. De 2018

CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho.14ª. ed. rev. atual. e ampliada São Paulo: Método, 2017.

LIMA, Enio Galarça. O acesso a justiça do trabalho e outros estudos. São Paulo: LTR,1994, p.16.

RICA, San José da Costa. Convenção americana sobre direitos humanos. Assinada na conferência especializada interamericana sobre direitos humanos San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em 01 ago. de 2018.

SILINGOVSKI, R.R.L.et al. Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste. Presidente Prudente: Unoeste. 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Comentários à reforma trabalhista: análise da lei 13.467/2017-artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais.2017.